

ÁGUA E GOVERNANÇA NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BARRA DO UNA, SP

Felipe Augusto Zanusso Souza¹; Denis Moledo de Souza Abessa²

1. Bacharel em Ciências Biológicas com habilitação em Gerenciamento Costeiro e Biologia Marinha (souzafaz@gmail.com)
 2. Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Campus do Litoral Paulista, Unidade São Vicente, SP, Brasil.
-

RESUMO

O trabalho busca compreender quais fatores contribuíram para que, apesar da disponibilidade hídrica, o sistema de coleta de água potável na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una fosse alterado pela captação no lençol freático, apesar dos riscos associados à saúde humana. Os resultados indicam que a vila enfrentou uma crise de governança da água a partir da década de 90, caracterizada pela desmobilização dos moradores e busca pela resolução individual dos problemas relacionados ao abastecimento hídrico. Em 2007, o estabelecimento do conselho deliberativo da unidade de conservação alterou esse cenário, possibilitando a articulação dos atores em torno de problemas como a captação de água. Esse envolvimento teve importância central, pois articulou os atores para que a crise de governança local da água fosse superada através da formação de um mutirão voluntário envolvendo especialistas, moradores e gestor da unidade, que estabeleceram um novo sistema de captação.

PALAVRAS-CHAVE: Água. Governança. Unidade de Conservação. Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

WATER AND GOVERNANCE IN RESERVE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT BARRA DO UNA, SP

ABSTRACT

The paper aims to understand which factors contributed to the changes in the water catchment system of the Sustainable Development Reserve of Barra do Una, despite the availability of water and the associated risks to human health. The results indicate that the village inhabitants have got into a crisis of water governance from the 1990's, which was characterized by the demobilization of residents and the individual search for resolution of problems related to water supply. In 2007, the establishment of the deliberative council of the protected area has changed this scenario, allowing the articulation of actors around issues such as water harvesting. This involvement played a key role, as articulated actors to the crisis of local governance of water to be overcome by forming a group of volunteers involving experts, residents and manager, who established a new system for water catchment.

KEYWORDS: Water. Governance. Protected Area. Reserve of Sustainable

Development.

INTRODUÇÃO

A importância das áreas protegidas para a produção de água em grandes cidades tem sido relatada nos últimos anos, sendo constatado que mais de 30% das 105 maiores cidades do mundo dependem de áreas protegidas (parques e reservas) para seu abastecimento de água (WWF; BANCO MUNDIAL, 2003). Assim, pode-se dizer que as florestas protegidas pelas unidades de conservação (UC) possuem grande importância para o suprimento de água, contribuindo para a qualidade e quantidade deste recurso, especialmente nos ambientes de florestas tropicais úmidas.

Segundo o relatório “Águas, florestas e cidades” que envolveu seis capitais brasileiras¹, constatou-se que apenas a última não dependia de áreas protegidas para seu abastecimento.

De fato, há uma crescente preocupação dos grandes centros urbanos em planejar e estabelecer áreas de proteção objetivando a manutenção do suprimento de água e a redução de conflitos relativos à sua escassez.

Dessa maneira, espera-se que dentro das áreas protegidas os problemas relativos ao abastecimento hídrico sejam reduzidos. Porém, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Barra do Una, localizada em ambiente de mata atlântica e afastada de grandes centros urbanos, verificam-se dificuldades no abastecimento, com falta de água potável, apesar da disponibilidade hídrica e baixa demanda pelo recurso.

A RDS da Barra do Una, integra o Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins, localizado no litoral centro-sul do Estado de São Paulo, distante cerca de 200 km da capital. A UC, que possui características de uma vila de pescadores, com cerca de 50 famílias, está imersa em um grande contínuo florestal; porém devido às características físicas do ambiente onde está localizada, permeada por áreas de mangue, 2 km de praia e restinga e parte de costão rochoso, sua oferta hídrica para consumo humano é baixa.

Buscando reduzir essas dificuldades de abastecimento, no início da década de 80 um sistema foi implantado pela Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) (VIEGAS, 2007)². Assim, desde antes da década de 90, o abastecimento de água na Vila era realizada por mangueiras conectadas à cachoeira do Maceno (distante cerca de 5 km da vila). Esse sistema garantia oferta de água potável para toda a comunidade. Porém, sem sua ampliação ou melhoria o mecanismo de captação e distribuição tornou-se obsoleto.

Durante a década de 90, o abastecimento passou a ser realizado através de bombas elétricas que captam água do lençol freático, aumentando desta forma, os riscos da população em contrair doenças. O Plano Emergencial de Saneamento da Vila indica que cerca de 86% das residências utilizam águas de poços (VIEGAS, 2007). No entanto, mais recentemente, o antigo sistema foi retomado após a

¹ Sendo elas: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.

² A SUDELPA foi responsável pela construção de obras de infra-estrutura em diversas áreas da Baixada Santista, especialmente nas zonas rurais, o que favoreceu o estabelecimento de grandes empresas mineradoras, agropastoris, madeireira e imobiliária. Diversos textos afirmam ainda que a investida do governo militar no Vale do Ribeira ocorreu em resposta à chegada da Vanguarda Popular Revolucionária à região, que era comandada pelo capitão Carlos Lamarca (SANTOS, 2008).

organização de um mutirão entre os diferentes atores locais.

Nesse sentido, esse trabalho busca compreender quais fatores contribuíram para que, apesar da disponibilidade hídrica, o sistema de coleta de água potável na cachoeira do Maceno fosse superado pela captação no lençol freático, apesar dos riscos inerentes à saúde humana.

Com base nesse objetivo, pretende-se responder a seguinte pergunta: as situações observadas na RDS da Barra do Una caracterizam crise da água ou crise de governança?

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS RECURSOS HÍDRICOS

Como descrito anteriormente, as unidades de conservação possuem importância estratégica no suprimento de água para abastecimento humano e manutenção das funções ecológicas dos ambientes, sendo que a legislação específica sobre UC aborda a questão da gestão das águas disponíveis em seu interior.

De fato, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000) faz diversas referências sobre a questão das águas, como: na definição de UC, que inclui como parte de seu território as águas jurisdicionais com características naturais relevantes; nos objetivos do SNUC, sendo o primeiro deles a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; e na elaboração das diretrizes, onde se propõe que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais.

Além disso, o artigo 46 do SNUC trata especificamente da instalação de redes de abastecimento de água em unidades de conservação, ressaltando que a instalação destes equipamentos será admitida somente mediante prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais. Ainda, no mesmo artigo, o parágrafo único informa que esta mesma condição se aplicará à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedades privadas inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

Porém, como já amplamente reconhecido por diversos trabalhos (DIEGUES, 1996), muitas UC foram estabelecidas em territórios já ocupados por populações humanas, onde estruturas de captação de água já estavam implementadas pelas populações ali instaladas ou mesmo pelo poder público. Dessa forma, na maioria das situações não há regulamentação e autorizações para captação referentes aos beneficiários pelo abastecimento.

Com a criação do SNUC essa situação passou a estar prevista em legislação e a ser contextualizada, devendo-se ressaltar ainda que a lei especificou que a captação deveria ser regulamentada objetivando que o órgão ou empresa, público ou privado³, beneficiário pelo uso dos recursos hídricos proporcionada por uma unidade de conservação, deveria contribuir financeiramente para a proteção e

³ No caso das comunidades que dependam de abastecimento a partir das UC, a legislação não define se, a partir de associações de moradores ou de outras entidades representativas, será necessário regulamentar a captação ou a permissão será concedida até que as populações sejam indenizadas ou, seja concedido o direito de permanência (no caso de populações tradicionais).

implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Ao mesmo tempo, sabendo que a participação da sociedade nos processos de gestão de unidades de conservação tem sido considerada premissa fundamental ao sucesso de suas propostas, sejam elas para a proteção integral ou o uso sustentável dos recursos naturais (BENSUSAN, 2006), o SNUC trouxe instrumentos de participação como consultas públicas, conselhos gestores e na elaboração dos planos de manejo (BRASIL, 2000).

No caso dos conselhos gestores, o envolvimento dos atores tem como objetivo principal promover a gestão e a conservação dos recursos naturais, conforme as peculiaridades de cada categoria de Unidade. Essa possibilidade de participação garante, portanto, que, apesar do artigo 46 delegar o poder ao órgão gestor para autorizar a instalação de redes de abastecimento de água, tal medida deverá ser acompanhada pelos diferentes atores interessados.

Essa informação nos indica que, no âmbito das unidades de conservação, as decisões sobre a gestão da água estão sob o envolvimento e responsabilidade dos atores que integram o conselho gestor, sendo de grande importância que esses espaços de participação garantam os objetivos sociais e ecológicos das UC.

Comparativamente, pode-se considerar que os conselhos gestores de UC funcionariam semelhantemente aos comitês de bacias hidrográficas locais, assumindo as especificidades e aspectos de cada uma dessas engenharias institucionais.

Porém, de forma similar, será nesses espaços que emergirão os conflitos sobre a água e gestão dos recursos naturais, nos quais os diferentes atores que se apropriam do recurso poderão assumir responsabilidades e atribuições no intuito de neutralizar práticas predatórias orientadas pelo interesse econômico ou político (JACOBI, s/d). Será também nessas arenas que se estabelecerão os valores sobre o uso da água no interior das UC, de modo semelhante ao que ocorre nos comitês de bacias hidrográficas.

Apesar disso, deve-se ressaltar que apenas a institucionalização de espaços de participação não garante que processos de governança tenham lugar na gestão dos recursos naturais, sendo necessário que a abordagem técnico/institucional seja superada pelo fortalecimento de práticas de controle social e constituição de públicos participativos (CASTRO, 2007).

Assim, como sugerido por Jacobi (s/d), nesse artigo considera-se governança como o poder social que media as relações entre Estado e Sociedade Civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, mas também permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus impactos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Área de estudo

A RDS Barra do Una é a primeira RDS em mata atlântica do Estado de São Paulo (Figura 1). Classificada antigamente como Estação Ecológica Juréia-Itatins, essa área foi reclassificada em uma UC de uso sustentável devido às características

das ocupações existentes no seu território.

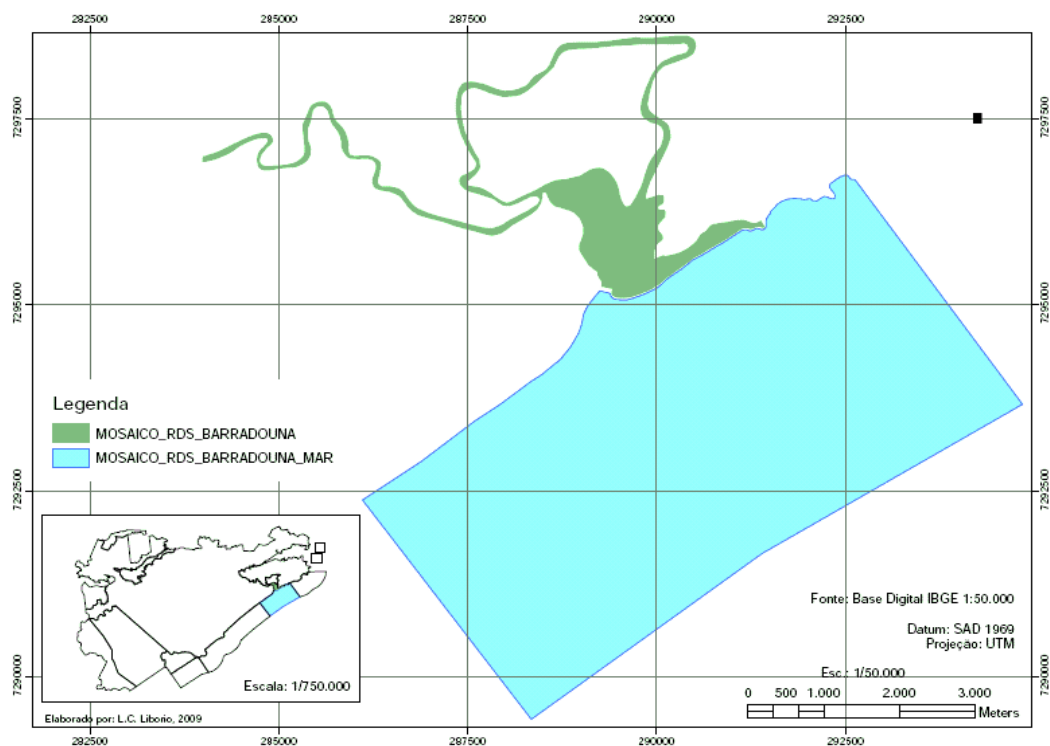


Figura 1. Área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una.

Fonte: SOUZA; ABESSA (2009).

O acesso à RDS é realizado por mar ou a partir do município de Peruíbe, onde está inserida, pela estrada do Guaraú (trecho com aproximadamente 7 km de estrada asfaltada) e pela estrada do Una (trecho com 18 km de estrada de terra).

Está localizada nas margens do rio Una do Prelado, que corta o Mosaico, incluindo áreas de mangue, 2 km de praia e restinga, e parte de costão rochoso, possuindo em seu entorno duas UC de proteção integral: Parque Estadual do Itinguçu (PEIT) e a Estação Ecológica da Juréia-Itatins. Sua área total é de 3.253 hectares, divididos em 302 ha em terra e 2.951 ha no mar.

Caracteriza-se pelo fato de ser uma vila de pescadores e por abrigar cerca de 50 famílias caiçaras. Além destas famílias, que neste estudo serão consideradas como nativas, caiçaras, ou tradicionais, a UC abriga outros ocupantes, que podem ser caracterizados como ocupantes efetivos e ocasionais. Os primeiros permanecem a maior parte do ano na UC e os outros utilizam suas residências como segunda moradia destinada ao veraneio. Estima-se que a RDS possua aproximadamente 160 construções distribuídas entre residências e comércios construídos com alvenaria ou madeira, além de algumas construções comunitárias como uma igreja da Assembléia de Deus e uma capela de Santo Antônio, uma escola que atende crianças de 1ª a 4ª série, um posto de saúde e um Centro Comunitário.

Coleta e análise dos dados

A coleta de dados incluiu aplicação de entrevistas semi-estruturadas direcionadas a organizações não governamentais (ONG), moradores, representantes do poder público e gestores da UC. Além das entrevistas, foram acompanhados eventos e reuniões envolvendo a UC, como seminários, eventos e reuniões de entidades representativas dos moradores.

Também foi realizada uma investigação documental referente a pesquisas de atas de reuniões de conselhos gestores, reportagens e documentos disponíveis na rede mundial de computadores e aqueles fornecidos pelos entrevistados.

Os dados foram sistematizados de forma a contextualizar historicamente os processos relacionados à gestão da água na UC. A análise foi baseada no referencial teórico da sociologia da tradução, explicado em Silva (2005).

Esse referencial permitiu a compreensão dos fatores que influenciaram o rearranjo do sistema de captação de água a partir da Cachoeira do Maceno, exemplificados na participação dos atores e pelas relações sociais estabelecidas no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A VILA DA BARRA DO UNA E A QUESTÃO DA ÁGUA

A ocupação na vila da Barra do Una ocorre desde períodos remotos, sofrendo mudanças conforme diferentes processos e ciclos de econômicos e políticos, como aqueles associados ao arroz, à especulação imobiliária, exploração do palmito, ditadura militar, etc. (SANCHES, 2004). Nesse sentido, diferentes estratégias de captação de água foram utilizadas pelos moradores da área, sendo que, desde antes de 1990 o abastecimento era realizado a partir de mangueiras conectadas na

cachoeira do Maceno (distante cerca de 5 km) da vila.

O sistema foi implantado no início da década de 80 pela SUDELPA, porém com a retirada dessa superintendência da região e criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, sua manutenção passou a ocorrer de forma rudimentar e artesanal pelos próprios moradores caiçaras, através de mutirão e doação de equipamentos e materiais por voluntários.

Segundo relatos, formou-se um grupo/comissão de moradores responsável pela manutenção do sistema (para troca de mangueiras, limpeza de ralos, contenção de vazamentos, etc.) que incluía entre outros, moradores mais antigos e experientes da comunidade. Nesse sentido, pode-se dizer que o capital social relacionado ao tema da água era elevado entre os moradores.

Porém, apesar da capacidade de fornecimento e preferência por esse sistema de abastecimento devido à qualidade da água, uma série de fatores contribuiu para que gradativamente o sistema fosse abandonado pela utilização de bombas elétricas que captam água do lençol freático.

A adoção e consentimento dessa nova forma de abastecimento pode ser explicada por dois aspectos históricos daquela região. O primeiro deles relacionado às transformações causadas pela chegada da energia elétrica à vila, em 1990. De fato, a disponibilidade de energia elétrica possibilitou que cada residência passasse a depender exclusivamente de sua bomba para seu abastecimento, ainda que a água obtida fosse de baixa qualidade. Dessa forma, essa inovação configurou uma nova estrutura do abastecimento de água, tornando-o individual/residencial.

Já o segundo fator relaciona-se aos efeitos indiretos de ações adotadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo durante a década de 90, quando, através do oferecimento de empregos às lideranças comunitárias, influenciou na desmobilização dos moradores, minimizando as articulações existentes. Muitos moradores tornaram-se guardas-parque e técnicos administrativos, contribuindo para a redução do capital social existente e para o acirramento dos conflitos internos nas comunidades. Isso certamente influenciou na desmobilização do grupo/comissão de moradores responsável pela manutenção do sistema de captação de água que se deteriorou ao longo do tempo.

Assim, apesar dos riscos associados à captação de água no lençol freático em uma área com efluentes líquidos domiciliares encaminhados às fossas negras e, ainda, à valas que desembocam no rio ou na praia, comprometendo a qualidade do meio ambiente e da saúde da população, os moradores adotaram a utilização das bombas.

Vale ressaltar que, conforme destacado por Viegas (2007), ainda que o sistema de abastecimento adotado fosse o de bombas elétricas, o consumo humano de água continuava a ocorrer, majoritariamente, a partir de nascentes. De fato, observou-se que um único local era abastecido pela cachoeira do Maceno, sendo que alguns moradores buscavam água em garrafas para consumo humano. Apesar disso, durante reuniões do conselho gestor foram feitos relatos sobre o aumento do número de doenças de veiculação hídrica, especialmente entre os alunos da escola.

Outro agravante desse novo sistema foram os problemas com queda do fornecimento de energia em virtude da sobrecarga da rede elétrica pelo funcionamento das bombas, especialmente durante a alta temporada, quando a demanda pelo abastecimento era elevada.

Esses fatores caracterizaram o início de uma crise de governança local da

água, evidenciada pela baixa inserção do poder público, desmobilização dos moradores e busca pela resolução individual dos problemas relacionados ao tema.

O CONSELHO GESTOR DA RDS BARRA DO UNA

A situação de abastecimento de água perdurou até meados de 2007, quando foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una e instituído seu conselho gestor. Esse espaço institucional e formal de debate representou para os moradores a oportunidade, antes reduzida, de serem ouvidos, expressarem suas opiniões, votarem e decidirem determinados assuntos. Foram estabelecidas regras de convivência com os ocupantes, demonstrando transparência nas informações e buscando a cooperação entre todos, sendo realizadas reuniões, onde se garantiu a expressão dos anseios da comunidade tradicional e dos objetivos da UC, evitando que determinados interesses se sobrepusessem em detrimento dos demais. Segundo relatos entre outros fatores o conselho estimulou a valorização, aumento da auto-estima e orgulho entre caiçaras e moradores.

De fato, essa nova fase da gestão incorporou a possibilidade de influenciar a gestão do território através da participação comunitária. Assim, devido à importância do tema, os problemas de captação de água emergiram na dinâmica local, através do debate durante as reuniões, tendo o conselho deliberativo como o principal instrumento de decisão do território da Barra do Una⁴.

Para os moradores o conselho foi incorporado ao território como o responsável pela discussão de todos os assuntos relacionados à vida local bem como de benefícios para toda comunidade.

Nesse sentido, pode-se dizer que o quadro da crise de governança da água, evidenciado a partir da década de 90, começou a ser alterado através da institucionalização do conselho, que possibilitou o rearranjo dos atores em torno dos problemas locais.

A captação de água e a crise de governança

Durante os trabalhos do conselho gestor da UC foi elaborado um plano emergencial de saneamento que buscou dar diretrizes de ações rápidas para o abastecimento de água, até que fosse elaborado o plano de manejo da UC.

Esse plano envolveu a discussão sobre o problema da captação de água entre diversos atores envolvidos, entre eles os técnicos da vigilância sanitária e funcionários da força de trabalho, ambos da prefeitura municipal de Peruíbe, um engenheiro da Fundação Florestal e moradores tradicionais, que formaram mutirão para resolução do problema.

Após diversas discussões, foram adquiridos os materiais necessários para recomposição do sistema de captação a partir da cachoeira do Maceno e existiam os conhecimentos técnicos necessários, mão de obra e disponibilidade e qualidade hídrica, porém a questão não foi resolvida.

As características confirmavam que a situação refletia outra crise de governança da água no território da UC, que emergia a partir do estímulo dos

⁴ A captação de água foi uma das principais questões discutidas durante dois anos de funcionamento do conselho gestor.

ocupantes ocasionais⁵ ao pagamento de diárias por serviços comunitários prestados, além dos frequentes comentários desqualificando o trabalho voluntário dos moradores tradicionais que integravam a comissão que havia se formado.

Essa situação fez com que emergisse na comunidade caçara uma dificuldade de mobilização em virtude da questão de realizar ou não um trabalho voluntário em benefício de toda a comunidade.

Isso demonstrava as diferentes visões dos atores sobre um bem comum, no caso a água, emergindo duas grandezas de mundo diferentes: para alguns a *comunidade* e para outros o *econômico/individual*. Essa discussão colocou em debate como lidar com os benefícios e incentivos para a participação nos processos de gestão, assim como discutido por Molle (2008). No caso da RDS, optou-se por estimular a participação cidadã e voluntária.

A resolução do impasse

Após muitas discussões e tentativas sem êxito de resolver o problema, o gestor da UC interveio na articulação do mutirão e conseguiu colocar os diferentes atores em intermediação. Ele organizou o mutirão dos moradores para instalação dos novos encanamentos e captação, sem remuneração do envolvidos. Esse fato foi de grande importância, pois fez com que emergisse novamente o sentimento comunitário entre os moradores.

A princípio, a organização do mutirão não foi fácil, porém o gestor foi capaz de organizar moradores, técnicos e materiais para que o problema fosse solucionado. Nesse sentido, o gestor atuou como tradutor do processo, sendo que o mutirão foi o responsável por colocar todos em intermediação. A partir desse quadro de cooperação, emergiu no território um novo sistema de captação de água, composto por inovações técnicas e organizacionais, recriando, de forma semelhante, a comissão que existira antes da década de 90 para tratar desse assunto. Esse processo possibilitou a organização do conselho, o aprendizado no estabelecimento de acordos e regras para gestão, inclusive com a contribuição voluntária dos moradores para manutenção mensal do sistema de abastecimento local. A crise de governança, por ora, foi superada com o estabelecimento do novo sistema. O quadro abaixo resume as informações:

Quadro 1: A captação de água na RDS Barra do Una.

ASPECTOS DA MEDIAÇÃO	CAPTAÇÃO DE ÁGUA
Atores envolvidos	Moradores tradicionais, Fundação Florestal, Pref. Mun. de Peruíbe, Gestor
Controvérsia	Trabalho voluntário X Benefícios para toda comunidade
Tradutor	Gestor
Ponto de passagem Obrigatória	Cooperação entre as pessoas
Intermediários	Mutirão

⁵ Aqueles com maior poder aquisitivo.

Inovação	Técnica. Novo sistema de captação de água.
----------	--

Fonte: SOUZA; ABESSA (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão da água na Vila da Barra do Una foi caracterizada por um processo de crise de governança, como sugerido por Castro (2007). Apesar da disponibilidade e qualidade hídrica, alterações na dinâmica comunitária, influenciadas pela chegada da energia elétrica e desmobilização dos moradores, caracterizaram um processo que culminou com a baixa inserção do poder público, inexistência de regras, acordos, participação social etc., elementos essenciais para que a governança emergisse. Isso contribuiu para que o sistema de captação fosse alterado para o lençol freático, a partir de bombas elétricas, mesmo com os riscos potenciais à saúde humana, representados pela contaminação por efluentes domésticos.

O estabelecimento do conselho gestor da UC possibilitou que esse quadro fosse alterado, promovendo o envolvimento dos diferentes atores na discussão sobre os problemas locais através de uma interação transparente e permeável. Esse espaço de articulação, garantido por legislação federal, cumpriu seu papel em buscar uma solução para a situação, porém a inserção da grandeza econômica dificultou o avanço na construção da inovação.

Nesse sentido, o gestor teve um importante papel na articulação dos envolvidos para que a crise de governança local da água fosse superada através da formação do mutirão e do estabelecimento de um novo sistema de captação. A adoção da participação voluntária foi acertada, estabelecendo uma contraposição ao paradigma vigente do benefício individual em detrimento do coletivo (MOLLE, 2008).

A presença de técnicos especializados, moradores/voluntários com conhecimento do local, representantes institucionais que viabilizaram o financiamento de materiais e articulação política, possibilitou que um ambiente interdisciplinar fosse construído, como sugerido por alguns autores. Nesse ambiente as ações/soluções emergiram de forma condizente ao problema e ao local, promovendo o que se tem chamado de gestão adaptativa ao contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSUSAN, Nurit. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 176p.

BRASIL. Lei federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de julho de 2000.

CASTRO, J. E. Water governance in the twentieth-first century. In: *Ambiente & Sociedade*. 2007. Campinas v. X, n. 2. p. 97-118.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

JACOBI, P. R. Avanços na Gestão compartilhada da Água no Brasil: conflitos sociais e respostas coletivas. In: *Simposio: Tensiones y conflictos por agua América Latina*.

MOLLE, F. Nirvana concepts, narratives and policy models: Insight from the water sector. In: *Water Alternatives*, 2008, 1(1): pp. 131-156.

SANCHES, R. A. *Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins: litoral sul de São Paulo*. São Paulo: Annablume: 2004. p. 208.

SANTOS, M. M. Políticas públicas e gestão: o caso dos bairros rurais de Peruíbe localizados no parque estadual da serra do mar. 2008. 104 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado Ciências Biológicas) Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Campus Experimental do Litoral Paulista, unidade São Vicente. São Vicente, 2008.

SILVA, N. J. R. Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas no vale do Ribeira / SP e alto vale do Itajaí / SC – Brasil. Tese de doutorado da Universidade Estadual Paulista, Centro de Aquicultura. École nationale supérieure agronomique de Rennes, Departemente Halieutique. Jaboticabal, SP. 2005.

SOUZA, F. A. Z.; ABESSA, D. M. S. Mosaico de unidades de conservação da Juréia-Itatins: análise da gestão territorial. Trabalho de conclusão (Bacharelado Ciências Biológicas) Universidade Estadual Paulista, Campus Experimental do Litoral Paulista. São Vicente, 2009.

VIEGAS, P. L. *Plano Emergencial de Saneamento da Vila da Barra do Una*. Relatório de Situação. Documento interno. 2007.

WWF; BANCO MUNDIAL. *Água, florestas e cidades*. 2003. Relatório elaborado pela Aliança para a Conservação de Florestas e Uso Sustentável.